

PROJETO de extensão fea/fumec

# APAC Nova Lima: Projeto de ação social

## Resumo

Este projeto de extensão visa desenvolver um trabalho de cunho social, que parte de uma ação de envolvimento de toda a comunidade da APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - sediada em Nova Lima/MG, recuperandos, familiares, funcionários e diretores, na configuração de programas de necessidades espaciais identificados a partir das demandas da própria comunidade. A metodologia para concepção e desenvolvimento de projetos de arquitetura deverá abrigar atividades de caráter social. Lidar com tema desta natureza impõe ao grupo envolvido nesse processo, professores, estudantes, e a comunidade da APAC, reflexões de naturezas diversas, vinculadas ao campo social, antropológico, bem como técnico e científico. Estas reflexões, discussões coletivas e trocas de experiências entre todos os agentes envolvidos darão subsídios para o acompanhamento e o desenvolvimento de projetos de arquitetura que abrigarão as atividades, cujas demandas ainda serão identificadas. A pesquisa aplicada ao projeto e vinculada a uma realidade a ser potencialmente transformada por meio da ação do planejamento, configura o caráter indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

**Palavras-chave:** projeto participativo da arquitetura; sistema prisional; APAC.

## Introdução

### História

Em 1972, o advogado paulista Mário Ottoboni, que fazia parte da Pastoral Penitenciária, na cidade de São José dos Campos/SP, juntamente com outros amigos, criaram a APAC. Esse grupo se auto intitulava “Amando o próximo, amarás a Cristo”. O objetivo, inicialmente, era trabalhar com os detentos do sistema prisional daquela cidade, os meios de humanizar suas penas, através de um trabalho de caráter evangélico.

A partir do ano de 1974, a APAC passou a ser conhecida como a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, juridicamente regulamentada, como uma entidade civil, sem fins lucrativos, que administra os centros de reintegração social de presos. A entidade passou a ser reconhecida, nacionalmente, através da

#### COORDENADOR:

Prof. Dr. Alexandre Monteiro de Menezes  
(amenezes@fumec.br)

#### Professor Colaborador:

Sérgio Ricardo Palhares  
(Arquitetura, FEA)

#### Alunos:

Bárbara Dolabella Novo  
Lucas Borges Fernandes

#### Parcerias:

Professora Convidada:

Ana Luisa Lloyd  
(Arquitetura, UniBH)

APAC Nova Lima

implantação do “Método APAC”, que buscava a recuperação do preso durante o cumprimento da respectiva pena, mas também com ações efetivas para a sua reintegração à sociedade. Fica patente que o objetivo de seu criador, Mário Ottoboni, era romper com os métodos tradicionais do sistema penal vigente no país, o qual, definitivamente, não cumpre o seu papel de preparar os condenados para o retorno à sociedade.

O sucesso do Método APAC expandiu-se para o Estado de Minas Gerais e em 1984, a cidade mineira de Itaúna, foi pioneira na adoção desta metodologia e hoje é uma referência nacional e até mesmo internacional. Hoje, existem mais de cem unidades da APAC em todo o território nacional.

Por outro lado, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conhecido como TJMG, adotou a partir do ano de 2001, o Projeto “Novos Rumos”, como uma iniciativa inovadora na aplicabilidade da legislação penal no Estado de Minas Gerais. Assim, a implantação e consolidação do método APAC integrava um dos itens desse projeto, que objetivava o fortalecimento, a inclusão, a justiça social e a humanização no cumprimento das penas privativas de liberdade e das medidas de internação.

### Filosofia APAC

O objetivo da instituição da APAC, a partir do ano de 2006, em parceria com o Estado de Minas Gerais, foi alocar recursos para a construção e/ou reforma de Centros de Reintegração Social, conforme orientação do TJMG. A filosofia da APAC é a valorização humana, a partir de ações concretas, embasadas no suporte físico, psicológico e espiritual dos detentos que cumprem penas nas instituições.

De acordo com as premissas elaboradas por Mário Ottoboni, em seu livro “*Vamos matar o criminoso? Método APAC*”, lançado em 2001, a metodologia de recuperação dos presidiários utilizado nas APACs tem como foco atingir as dimensões fundamentais do ser humano, ou seja, educação, saúde, trabalho, valorização humana e espiritual, profissionalização, além de buscar uma integração entre os detentos e seus respectivos familiares.

Nesse prisma, a missão da metodologia APAC é ser uma ferramenta importante no processo de humanização da execução penal e desta forma, contribuir para a construção da tão sonhada paz social. O seu objetivo é recuperar e reintegrar socialmente os condenados a penas privativas de liberdade. A APAC, como já salientado, juridicamente é uma entidade civil e sem fins lucrativos e que tem atuado de forma decisiva como parceira tanto do Poder Executivo quanto do Judiciário, no que diz respeito à administração do cumprimento das penas privativas e à execução penal.

A filosofia máxima da APAC é “matar o criminoso e salvar o homem”, com embasamento teórico na doutrina social positivista, ou seja, com a utilização de mecanismos disciplinares rígidos através da ordem, respeito, trabalho e o envolvimento da família do recuperando. Enfim, os fundamentos filosóficos da metodologia da APAC estão lastreados na construção de uma ordem moral que se dá a partir da família, religião e trabalho, dentre outros fatores. Assim, é necessário humanizar as nossas prisões, onde os presos se encontram em condições degradantes e por outro lado, é preciso evitar a reincidência no crime, através da reintegração social na comunidade.

Nessa perspectiva, o Método APAC parte da premissa fundamental e filosófica que todo ser humano é perfeitamente recuperável, desde que ocorra um tratamento dentro de padrões exequíveis. Assim, para a execução dessa metodologia, existem doze elementos

fundantes, disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, TJMG pelo Programa Novos Rumos, os quais devem ser trabalhados conjuntamente, a saber:

1. Participação da comunidade. Cabe fundamentalmente à APAC, com a participação efetiva da comunidade organizada a missão de introduzir sua metodologia de trabalho dentro das prisões, visando a recuperação e a inclusão social do recuperando após o cumprimento da pena.
2. Recuperando ajudando o recuperando. Deve-se constituir um Conselho de Sinceridade e Solidariedade e representação de cela visando a cooperação de todos os reclusos entre si para o bom funcionamento da instituição.
3. Trabalho. A princípio, é preciso salientar que o trabalho do preso está garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Execução Penal. Assim, o trabalho do condenado deve contribuir para a sua capacitação profissional, de acordo, é claro, com suas habilidades. Assim, de acordo com o regime (fechado, semiaberto e aberto), o trabalho deve ser aplicado de forma diferenciada, conforme está definido no Método APAC.
4. Religião. A participação religiosa, em termos ecumênicos, é muito importante para o condenado, quando alicerçado dentro de princípios éticos e rígidos, para a transformação moral do mesmo, ensejando uma conexão ou elo com o mundo social externo.
5. Assistência jurídica. Esse tipo de assistência destina-se aos presidiários que não possuem condições financeiras para a contratação de um advogado. Assim, a assistência jurídica está garantida àqueles que manifestarem adesão à proposta da APAC e também bom aproveitamento no dia a dia.
6. Assistência à saúde. Pela metodologia apaquiana, devem ser oferecidos aos detentos as assistências médica, odontológica, psicológica, dentre outras, para se evitar quadros de inquietações e preocupações dos mesmos.
7. Valorização humana. O centro da proposta e metodologia da APAC é o ser humano em si e por isso é preciso reformular a autoimagem do indivíduo, isto é, resgatar a sua precária autoestima, com a introdução de valores individuais esquecidos ou nunca adquiridos, tais como carinho, compaixão e solidariedade. Em síntese, é necessário recuperar a identidade do condenado.
8. A família. Pensa-se a família enquanto célula-mater da sociedade, ou seja, a base fundamental de apoio para a recuperação do condenado. Ela pode ser considerada um dos principais pilares – da vida prisional à inserção social, posteriormente.
9. O voluntário. Esse tipo de trabalho dos voluntários é inteiramente gratuito e o mesmo deve estar bem preparado para cumprir a sua missão, ou seja, no apoio emocional, afetivo e de valores sociais.
10. Centro de Reintegração Social. O método APAC deve ser aplicado em um CRS (Centro de Reintegração Social), composto por três pavilhões, de acordo com os regimes (fechado, semiaberto e aberto), os quais colaborarão para a reintegração gradual dos recuperandos.
11. Mérito. É preciso instituir uma Comissão Técnica de Classificação, composto de profissionais ligados à metodologia APAC, para classificar o recuperando quanto à necessidade de receber tratamento individualizado e a progressão dos regimes, que depende de autorização judicial, concedida pelo Juiz da Execução e Corregedoria, de acordo com comportamento dos recuperandos.
12. Jornada de libertação. É marcada por um encontro anual, através de palestras que versam sobre a valorização humana e à religião, através de testemunhos dos participantes visando a interiorização de valores sociais e afetivos.

### Projeto de intervenção na APAC Nova Lima e estudo de caso da APAC Santa Luzia

O projeto de extensão propõe uma intervenção na APAC Nova Lima, pois esta unidade já vem sendo objeto de estudo pela Universidade FUMEC, pela relevância que adquiriu nesses últimos anos. Também é pertinente fazer considerações a respeito da APAC Santa Luzia que tem um projeto arquitetônico prisional diferenciado das tecnologias de controle e dos espaços disciplinares, pois tem como foco uma maior interação no modelo de gestão do ambiente prisional.



Figura 1 - Localização APAC Nova Lima, circulado em vermelho e situada ao lado da MG-030

Fonte: vista aérea Google Maps.

A APAC Nova Lima possui uma organização espacial interna que pode ser considerada inadequada quando contraposta às especificidades do sistema, nos seus aspectos conceituais. Em contrapartida, possui atualmente uma gestão administrativa condizente

com os princípios filosóficos das APACs, e prima por um processo participativo entre todos os envolvidos: recuperandos, administradores e voluntários, embasado no respeito mútuo. A reformulação do indivíduo, que resgata sua autoestima e sua identidade no âmbito da sua vida em sociedade, é desenvolvida a partir do envolvimento mais próximo entre os recuperandos, quando é possível perceber os doze elementos da filosofia da APAC sendo revigorados conjuntamente.

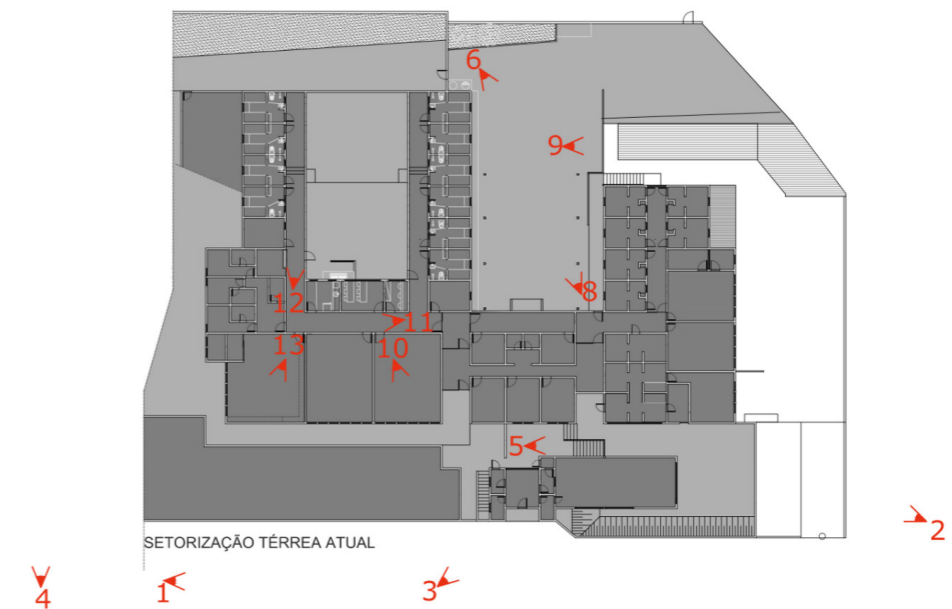


Figura 2 - Mapa de visadas das imagens (vide apêndice, item "Levantamento fotográfico").  
Fonte: autores.

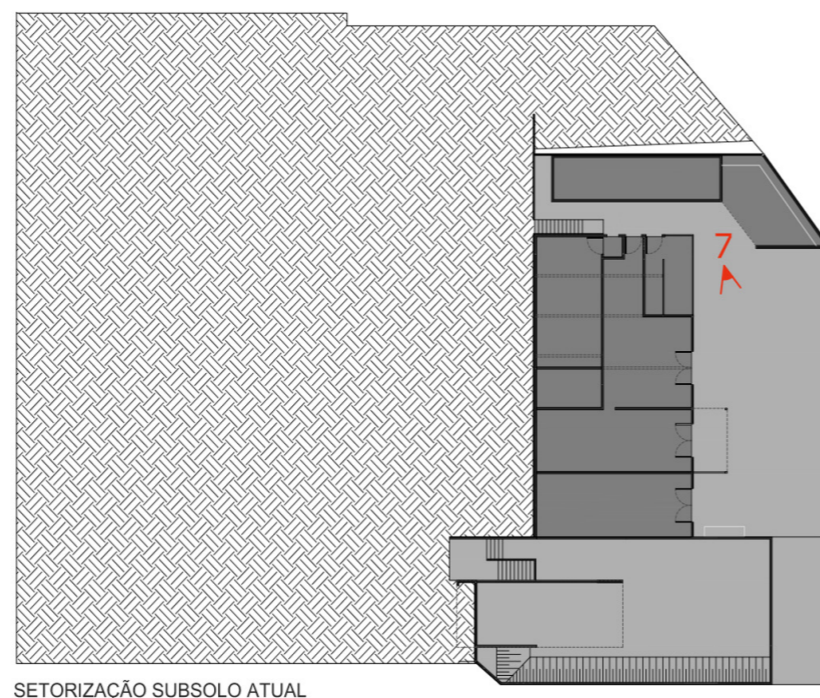


Figura 3 - Mapa de visadas das imagens (vide apêndice, item "Levantamento fotográfico").  
Fonte: autores.



Figura 4 - Atual fachada da APAC Masculina de Nova Lima. Fonte: Autores.

Já a APAC de Santa Luzia tem um projeto arquitetônico que difere dos demais construídos no país. Há uma inversão conceitual da arquitetura, de como ela pode valorizar o indivíduo em detrimento do controle total de suas ações. Assim, em termos arquitetônicos, apresenta uma proposta que se aproxima dos princípios conceituais do sistema, e apresenta-se como contraponto às demais instituições de proteção aos condenados.



Figura 5 - Vista aérea APAC Santa Luzia.

Fonte: Flávio Agostini, [www.colaterais.org/files/apac-web.pdf\(2016\)](http://www.colaterais.org/files/apac-web.pdf(2016))

## Metodologia

Esta pesquisa se configura a partir do desdobramento de outro projeto de extensão, desenvolvido entre 2013 e 2014, com o título "Arquitetura Penal", coordenado pelo professor Daniel Teófilo Soares Murta, e integrado pelos professores Alexandre Monteiro de Menezes e Sérgio Ricardo Palhares. Este projeto buscava elucidar o termo Arquitetura Penal com base na utilização do método APAC,

suas diferenças em relação aos demais presídios, legislações e diretrizes pertinentes, objetivando facilitar o entendimento do método e sistematizar informações de projeto de modo a auxiliar profissionais de arquitetura que fossem desenvolver outros projetos, da mesma natureza.

O grupo de pesquisa foi composto por dois bolsistas da graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, bem como três professores pesquisadores. É realizada uma reunião por semana, presencial, com todos os componentes da equipe, com duração média de duas horas e meia. Os demais contatos são feitos virtualmente, ao longo da semana, por meio de internet. Os procedimentos metodológicos iniciam-se a partir da leitura, por parte dos pesquisadores e também dos bolsistas, da pesquisa anterior, bem como outras fontes e referências bibliográficas que tratavam das especificidades filosóficas e conceituais do método. Também buscou-se estudar obras e situações análogas identificando sobretudo soluções exitosas a partir das estratégias de implantação, sistemas construtivos aplicados e utilização de materiais de baixo impacto ambiental. Esta leitura buscou aproximação com resultados que pudessem subsidiar a pesquisa corrente.

Interessou inicialmente uma avaliação de processo de concepção de projetos de arquitetura e urbanismo, de cunho social, cujas metodologias priorizassem a participação e envolvimento de todos os agentes – técnicos, gestores e usuários dos espaços a serem concebidos – envolvidos no processo de planejamento. Deste modo, os conhecimentos científicos e populares deveriam ser considerados no processo de tomadas de decisões e de projetos.

A partir da leitura, iniciou-se o processo de planejamento, sempre buscando conciliar o conhecimento teórico com a realidade prática no âmbito do desenvolvimento de projetos de arquitetura e urbanismo.

A equipe fez um primeiro contato com a presidente da APAC, solicitando uma reunião com a equipe administrativa a fim de levantar todas as demandas por novas edificações, ou reformas das edificações existentes, de modo a dimensionar a necessidade de ampliação das instalações físicas existentes, e/ou criação de novas unidades. A partir de uma metodologia que incluiu reuniões e entrevistas com agentes administrativos, bem como com os próprios recuperandos, além das visitas e constatações no próprio local, foi possível amadurecer o entendimento das demandas por crescimento. Estas demandas consideravam as observações dos usuários dos espaços, a disponibilidade de áreas livres, bem como a condição técnica construtiva dos espaços pré-existentes além, evidentemente, da disponibilidade de recursos financeiros a serem alocados para a execução das obras.

Nestas reuniões, buscava-se efetuar entrevistas espontâneas, com cada agente envolvido nesta metodologia participativa de planejamento, de modo a evitar perguntas que pudesse induzir a resposta destes agentes. Estas reuniões eram realizadas separadamente de modo a que cada grupo pudesse externar, com maior liberdade, tudo aquilo que entendesse como imprescindível para o planejamento, subsidiando e fundamentando o programa de necessidades a ser atendido.

Considerando-se que as informações acerca dos recursos financeiros a serem disponibilizados para as obras não eram muito precisas, a equipe fez uma reunião com o juiz da comarca de Nova Lima, Dr. Juarez Moraes de Azevedo. Na ocasião, ele explicitou que os recursos financeiros não seriam fatores de impedimento das obras, mas sim a falta de projetos.

Iniciou-se, paralelamente um processo de levantamento de dados. A partir do levantamento das edificações existentes, foi feita uma revisão nos projetos originais, de modo a atualizar as modificações

implementadas ao longo das últimas obras. Estas novas bases foram digitalizadas. Também foi feita uma leitura técnica da realidade local, por meio da análise do contexto, do levantamento de aspectos físicos, topográficos, iluminação, ventilação, ruídos. Todas as leituras eram registradas por meio de fotografias e nos próprios levantamentos.

A partir de todas as leituras e atualização dos levantamentos, bem como reuniões e entrevistas, deu-se início ao processo de desenvolvimento da ideia. A equipe vislumbrou duas possibilidades de desenvolvimento de propostas. A primeira mais abrangente do ponto de vista da intervenção, mas também mais onerosa e, a segunda, mais simples e, conseqüentemente, mais econômica. Considerando estas hipóteses, optou-se por uma apresentação em nível de estudo preliminar, explicitando as duas ideias, os aspectos positivos e negativos de cada uma, de modo que a decisão acerca da melhor pudesse ser compartilhada com todos os agentes envolvidos, fortalecendo o caráter de decisão coletiva. Observe que num primeiro momento estávamos mais interessados em compartilhar

ideias acerca do nível de intervenção a ser proposto, e não necessariamente discutir a especificidade destas propostas.

Voltamos novamente a fazer reuniões com os recuperandos, a fim de apresentar a eles os estudos até então desenvolvidos. A ideia era repetir o mesmo procedimento com os gestores administrativos. Ocorre que, nesta ocasião, a APAC Nova Lima passou por um processo político de eleição de novos dirigentes. Alegando razões da ordem da segurança, o processo de transição da direção impôs que aguardássemos um tempo, que se revelou indeterminado. A despeito das nossas reiteradas insistências para apresentar as propostas, não houve clima para estas apresentações.

Diante da falta de interlocutores para discutir as propostas em andamento, bem como da exiguidade dos prazos para desenvolvimento de projeto dentro dos limites de tempo da pesquisa, a equipe optou pelo desenvolvimento, em nível de anteprojeto, das duas propostas até então apresentadas. Num momento posterior, aquela que se revelar mais adequada às necessidades poderá ser efetivamente desenvolvida ao nível de projeto executivo.

## Produto

Atualmente a APAC Masculina apresenta a maioria dos espaços em um pavimento. Somente parte do regime semiaberto está localizado no subsolo (ver projeto atual no apêndice 6.4).

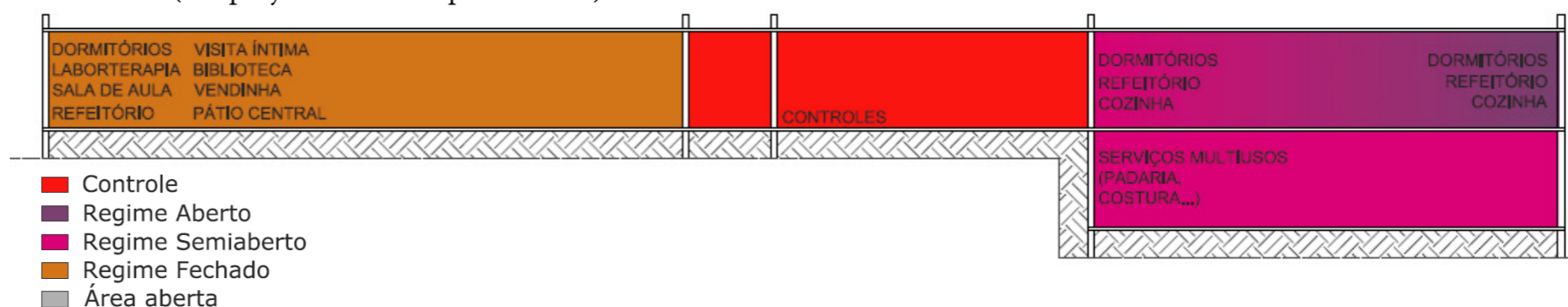


Figura 6 – Diagrama, em corte, da situação atual dos programas de cada regime.  
Fonte: autores.

A partir do levantamento físico atual, esse trabalho propõe duas respostas de projeto. A primeira foca na viabilidade financeira, e por isso as interferências são menores, mesmo percebendo que alguns problemas permaneceriam. A segunda procura atender todas as demandas levantadas pelos entrevistados que frequentam o local,

e considerações de arquitetos que projetaram APACs, e por isso, as intervenções são maiores. Ambas as propostas consideram que o aumento no número de recuperandos repercute em aumento de área proporcional em todos os espaços coletivos (refeitório, cozinha, salas aula, oficinas, laborterapia, etc.), além de aumento no número de celas.

### – As duas propostas: o que têm em comum

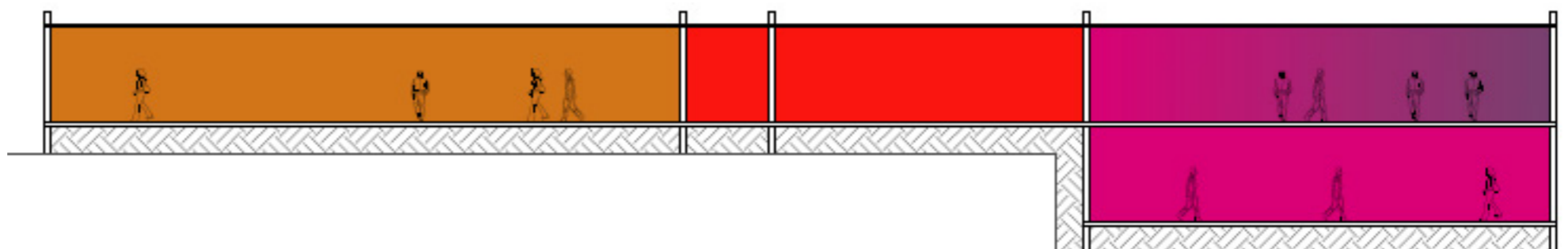


Figura 7 – Diagrama, em corte, da atual divisão de regimes. Fonte: autores.

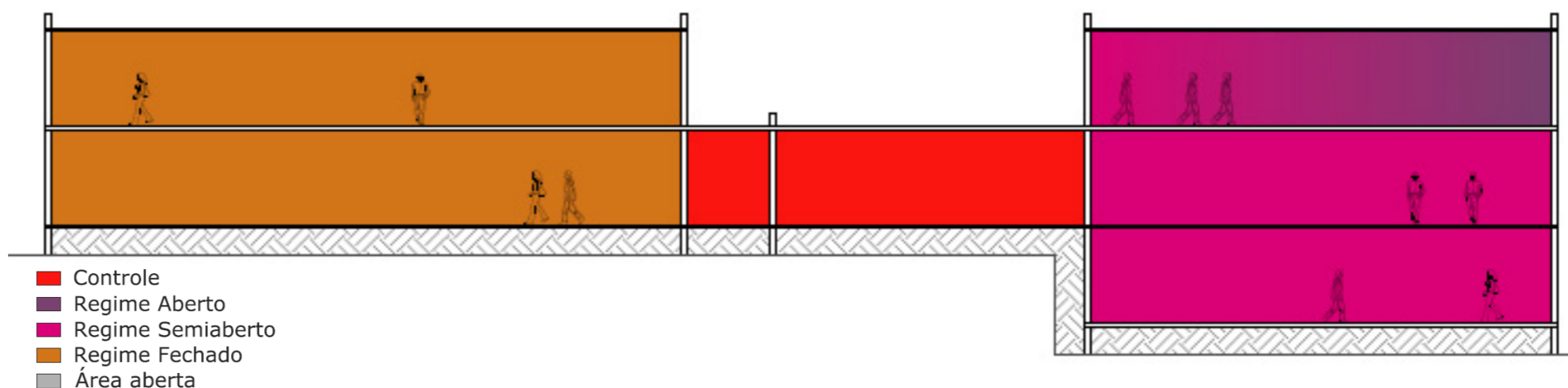


Figura 8 – Diagrama-base, em corte, para as duas propostas, uma vez que os acréscimos acontecem em ambas. Fonte: autores.

Apesar de serem respostas diferentes de projeto, os dois estudos consideram alteração no regime semiaberto, ambos com objetivo de aumentar áreas de cozinha, refeitório e áreas de circulação no

pavimento térreo. Assim, considerou-se liberar a área destinada ao regime aberto nesse pavimento para acréscimo desses espaços no semiaberto, e remanejar todo o regime aberto (que é pequeno)



para o segundo pavimento, com entrada independente. Além disso, no segundo pavimento (completamente isolado do regime aberto), novos espaços multiuso do regime semiaberto foram propostos (para palestras, filmes, sala TV, computadores, espaços de estar, etc.), possibilitando multiplicidade de apropriação dos espaços e possibilidades de realização de atividades simultâneas, valorizando as individualidades.

Em ambas as propostas haverá melhoria nos espaços da padaria/fábrica de macarrão e marcenaria no subsolo.

As propostas para o regime fechado são as mesmas nos dois estudos. Permanecendo com entendimento de que os espaços precisam aumentar de área proporcionalmente quando se aumenta o

público usuário, as propostas se utilizam de parte do segundo pavimento do regime fechado para liberar área no pavimento térreo e possibilitar aumento das áreas do auditório/sala de aula e refeitório. Dessa forma, no segundo pavimento é proposta a laborterapia, que ganha espaço maior e é dividida em duas salas, para atender demandas diferentes, além de mais duas salas de aula e três suítes para visita íntima. A mudança do local da visita íntima foi para diminuir constrangimento das parceiras dos recuperandos, que antes precisavam passar por um longo corredor e ter mais contato com os outros recuperandos para então chegar ao local. No novo estudo, assim que passam no controle de entrada do regime fechado, já existe uma escada de acesso ao segundo pavimento, onde os quartos são os primeiros espaços propostos, evitando maiores circulações dessas pessoas.

### – A primeira proposta

A proposta do primeiro estudo procura ampliar algumas áreas e interferir pouco na estrutura atual, mesmo tendo ciência que alguns problemas permaneceriam. Detectou-se problemas de iluminação e ventilação das celas, e a questão da segurança, já que os recuperandos do regime fechado têm contato com os recuperandos do regime semiaberto, através das aberturas para ventilação das

celas do fechado, que são voltadas para o pátio do semiaberto. Esse pátio, que deverá ser permanecido nessa proposta, por questões de segurança, precisa ser fechado a partir de uma determinada hora da noite, quando os recuperandos se recolhem. O bloco onde ficam as celas permanece e propõe-se mais quatro celas. A cozinha, o refeitório e as circulações ganham mais espaço.

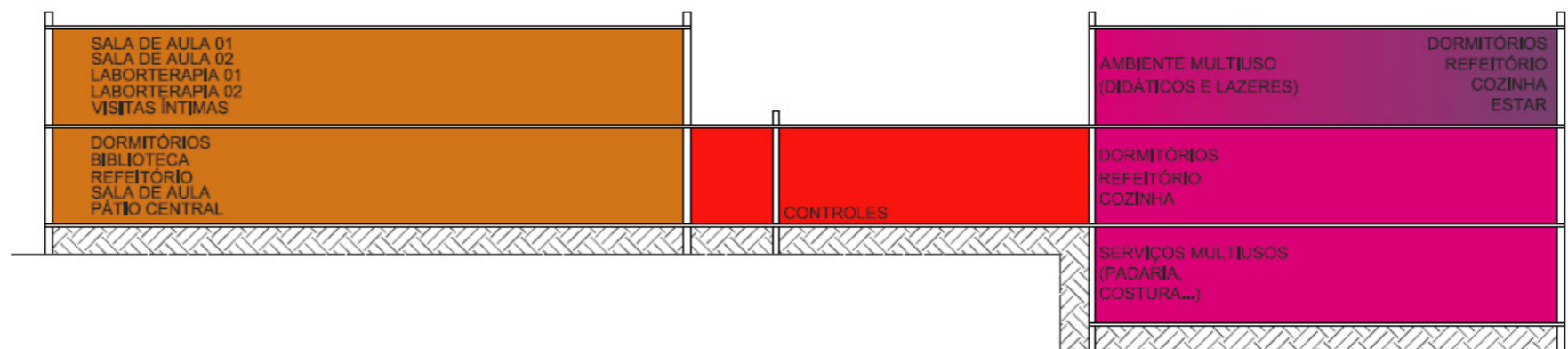


Figura 9 – Diagrama, em corte, do Estudo Preliminar 01. Fonte: autores.

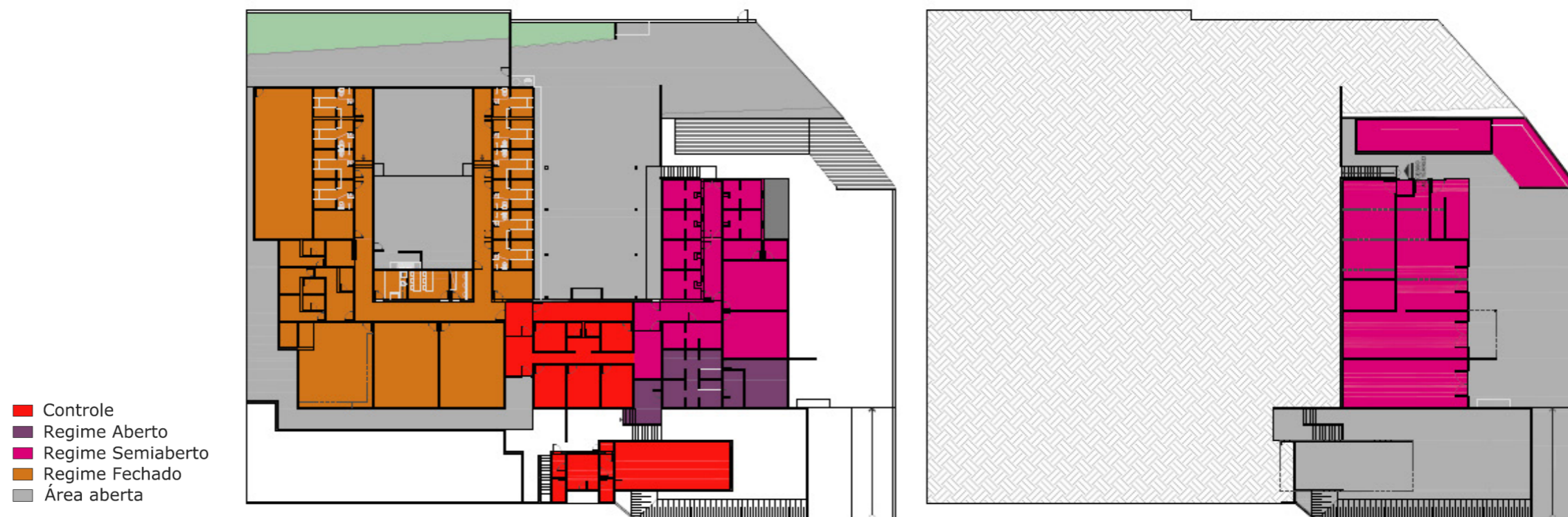


Figura 10 - Diagramas Setorização Atual APAC Nova Lima. Fonte: autores.



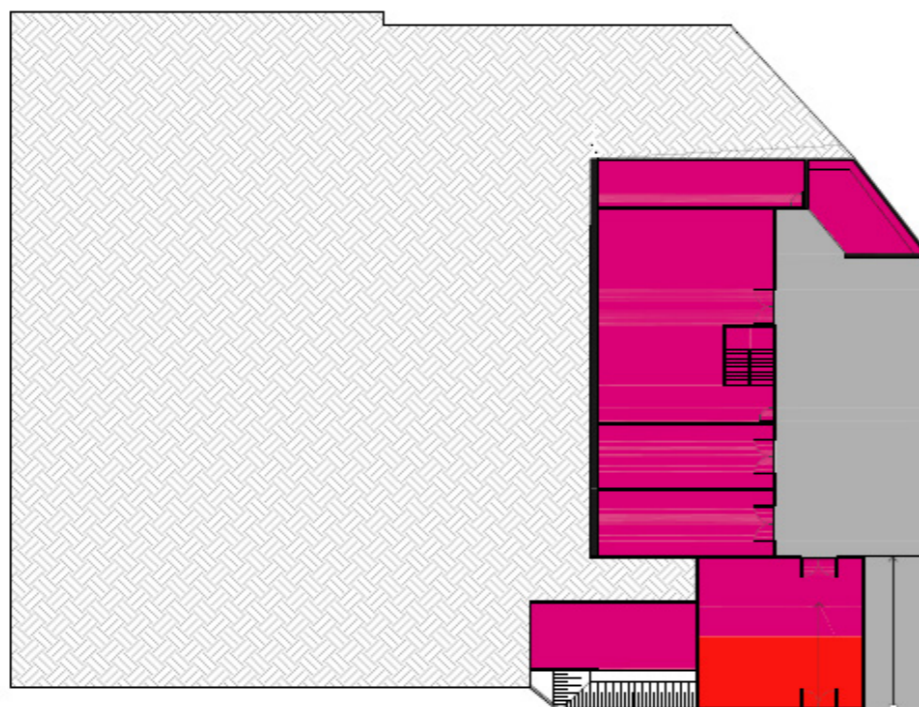


Figura 11 - Diagramas Setorização Estudo Preliminar 01. Fonte: autores.

### – A segunda proposta

A proposta do segundo estudo visa resolver todas as questões e problemas levantados nas entrevistas com a presidente, recuperando e arquitetos, e por isso tem interferências maiores nos espaços

e na estrutura no regime semiaberto, a partir do entendimento de que a questão da qualidade e quantidade de espaços coletivos e de lazer é bastante prejudicada nesse regime.

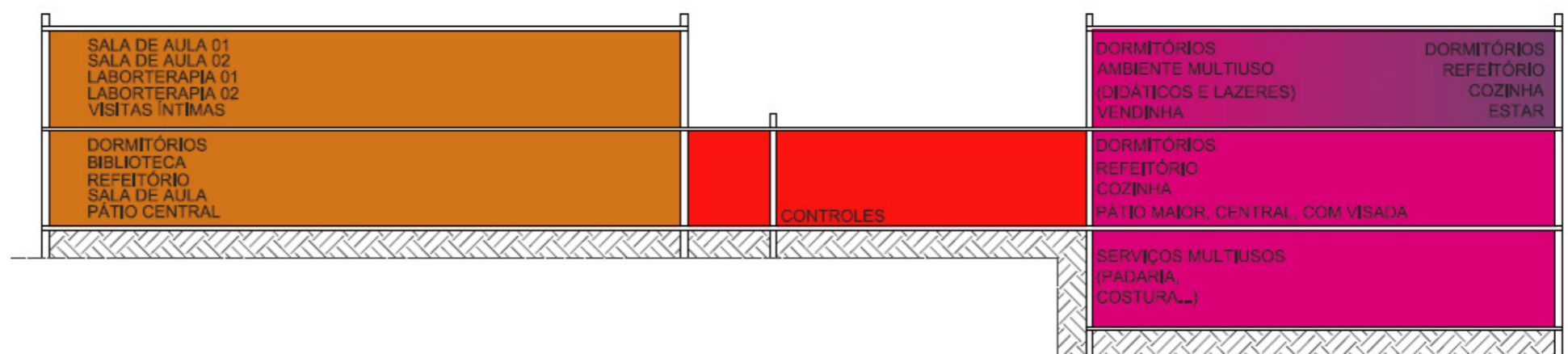


Figura 12 – Diagrama, em corte, do Estudo Preliminar 02. Fonte: autores.

Com base nas entrevistas, pôde-se concluir que o pátio central auxilia na questão da segurança, pois facilita a visibilidade de todo o complexo. Porém, ao mesmo tempo, detectou-se no projeto de Santa Luzia a importância da visibilidade do recuperando para o exterior e esse fato contrapõe radicalmente à proposta do pátio central.

Assim, percebendo a importância que a comunidade local vê na proposta do Pátio, sob a ótica da segurança, esse estudo propõe um intermédio: pátio interno onde todos os espaços se voltam para ele, porém, com abertura em tela mais alta para um dos lados com boa visada para as montanhas. Além disso, o pátio, por estar no centro





























atual modelo	diferenças	apac sta luzia	atual modelo	diferenças	apac sta luzia
	<b>INSERÇÃO</b> Penitenciárias são concebidas como edifícios isolados dos núcleos urbanos. No entanto, a infra-estrutura necessária para a implementação deste tipo de edifício (luz, esgoto, pavimentação, linhas de ônibus, etc), somada a uma natural desvalorização do preço da terra, acabam por reforçar o processo de ocupação em seu entorno. Assim, a APAC Santa Luzia tem sido pensada desde o início como um edifício inserido no contexto urbano. O terreno escolhido, mesmo encontrando-se em um novo loteamento, dista apenas 03 km do centro da cidade. Como estratégia de inserção do complexo na dinâmica de crescimento urbano, foi pensada uma generosa praça pública que deve atender tanto às famílias visitantes quanto ao restante da população de Santa Luzia. Além de possibilitar trocas com o município, este espaço contribui para o fim da invisibilidade da instituição penal na paisagem urbana.			<b>INSERÇÃO</b> Penitenciárias são concebidas como edifícios isolados dos núcleos urbanos. No entanto, a infra-estrutura necessária para a implementação deste tipo de edifício (luz, esgoto, pavimentação, linhas de ônibus, etc), somada a uma natural desvalorização do preço da terra, acabam por reforçar o processo de ocupação em seu entorno. Assim, a APAC Santa Luzia tem sido pensada desde o início como um edifício inserido no contexto urbano. O terreno escolhido, mesmo encontrando-se em um novo loteamento, dista apenas 03 km do centro da cidade. Como estratégia de inserção do complexo na dinâmica de crescimento urbano, foi pensada uma generosa praça pública que deve atender tanto às famílias visitantes quanto ao restante da população de Santa Luzia. Além de possibilitar trocas com o município, este espaço contribui para o fim da invisibilidade da instituição penal na paisagem urbana.	
	<b>RELAÇÃO COM COMUNIDADE</b> Na praça pública, foram propostas estruturas de apoio que pudessem promover trocas efetivas com a comunidade. Assim, o galpão de apoio às famílias dos internos, geralmente escondido no espaço intra-muros, foi implantado como estrutura aberta à comunidade. Para tal, recebeu área para banheiros, espaços de oficinas e manifestações comunitárias. Também na praça, três lojas possibilitam a comercialização ou mesmo a doação de itens produzidos pelos internos: artesanato, mudas, frutas e verduras, etc. Em muitos casos, estes espaços de troca poderão contar com o trabalho de internos do regime semi-aberto, o que facilita o processo de ressocialização no final do cumprimento da pena.			<b>RELAÇÃO COM COMUNIDADE</b> Na praça pública, foram propostas estruturas de apoio que pudessem promover trocas efetivas com a comunidade. Assim, o galpão de apoio às famílias dos internos, geralmente escondido no espaço intra-muros, foi implantado como estrutura aberta à comunidade. Para tal, recebeu área para banheiros, espaços de oficinas e manifestações comunitárias. Também na praça, três lojas possibilitam a comercialização ou mesmo a doação de itens produzidos pelos internos: artesanato, mudas, frutas e verduras, etc. Em muitos casos, estes espaços de troca poderão contar com o trabalho de internos do regime semi-aberto, o que facilita o processo de ressocialização no final do cumprimento da pena.	
	<b>SEGURANÇA</b> O edifício guarda semelhança com prisões tradicionais no que se refere ao isolamento dos internos, especialmente em relação ao contato direto com pedestres e edificações vizinhas, e a cuidados como o acesso único, com cabines de revista para visitantes e funcionários. A ideia de segurança prisional foi modificada no entanto em um aspecto primordial: a noção de proximidade. Ao contrário dos demais estabelecimentos desta finalidade, a arquitetura não busca promover a separação física entre presos e funcionários. Espaços de encontro como refeitórios e auditórios foram pensados como áreas a serem compartilhadas por todos. Da mesma forma, as chamadas "gaiolas", redomas de proteção para funcionários e policiais, foram retiradas de modo a impedir o controle sem aproximação física. O espaço promove portanto a noção de que o processo de reeducação deve nascer de uma prática cotidiana de diálogo e convivência.			<b>SEGURANÇA</b> O edifício guarda semelhança com prisões tradicionais no que se refere ao isolamento dos internos, especialmente em relação ao contato direto com pedestres e edificações vizinhas, e a cuidados como o acesso único, com cabines de revista para visitantes e funcionários. A ideia de segurança prisional foi modificada no entanto em um aspecto primordial: a noção de proximidade. Ao contrário dos demais estabelecimentos desta finalidade, a arquitetura não busca promover a separação física entre presos e funcionários. Espaços de encontro como refeitórios e auditórios foram pensados como áreas a serem compartilhadas por todos. Da mesma forma, as chamadas "gaiolas", redomas de proteção para funcionários e policiais, foram retiradas de modo a impedir o controle sem aproximação física. O espaço promove portanto a noção de que o processo de reeducação deve nascer de uma prática cotidiana de diálogo e convivência.	
	<b>PROGRESSÃO</b> Os modelos de arquitetura prisional no Brasil quase não promovem uma real diferenciação espacial entre regimes fechado e semi-aberto. Na prática, os presos que tenham cometido delitos menos graves, ou que estejam em uma etapa avançada de cumprimento da pena, encontram o mesmo repertório disciplinador e de controle daqueles que se encontram no regime fechado. No projeto da APAC, buscou-se então uma real adequação entre espaço prisional e o regime de progressão da pena através de um gradual afrouxamento disciplinar e aumento das responsabilidades no cotidiano da instituição. Esta postura é bem ilustrada pela transformação dos pavilhões de celas no regime fechado em unidades habitacionais mais dispersas no semi-aberto. As praças e quadras foram também setorizadas neste último de maneira menos rígida, surgindo em meio aos edifícios e possibilitando maior variação de percursos.			<b>PROGRESSÃO</b> Os modelos de arquitetura prisional no Brasil quase não promovem uma real diferenciação espacial entre regimes fechado e semi-aberto. Na prática, os presos que tenham cometido delitos menos graves, ou que estejam em uma etapa avançada de cumprimento da pena, encontram o mesmo repertório disciplinador e de controle daqueles que se encontram no regime fechado. No projeto da APAC, buscou-se então uma real adequação entre espaço prisional e o regime de progressão da pena através de um gradual afrouxamento disciplinar e aumento das responsabilidades no cotidiano da instituição. Esta postura é bem ilustrada pela transformação dos pavilhões de celas no regime fechado em unidades habitacionais mais dispersas no semi-aberto. As praças e quadras foram também setorizadas neste último de maneira menos rígida, surgindo em meio aos edifícios e possibilitando maior variação de percursos.	
	<b>VISÃO</b> O aumento do sentimento de confinamento pela inexistência de amplitude visual assume em nossas prisões uma dupla finalidade: o controle (a garantia de que nenhum interno pode estabelecer qualquer forma de comunicação com o exterior) e a inscrição do processo de punição em uma rotina ininterrupta (o isolamento e a invisibilidade como recursos punitivos que se renovam todos os dias). No projeto em questão, a difícil equação entre controle e visibilidade foi resolvida por meio de uma série de terraços que, dispostos em níveis escalonados, de acordo com o perfil natural do terreno, permitem a visão distante da paisagem, sem no entanto ser possível estabelecer contatos diretos com pedestres ou edificações vizinhas.			<b>VISÃO</b> O aumento do sentimento de confinamento pela inexistência de amplitude visual assume em nossas prisões uma dupla finalidade: o controle (a garantia de que nenhum interno pode estabelecer qualquer forma de comunicação com o exterior) e a inscrição do processo de punição em uma rotina ininterrupta (o isolamento e a invisibilidade como recursos punitivos que se renovam todos os dias). No projeto em questão, a difícil equação entre controle e visibilidade foi resolvida por meio de uma série de terraços que, dispostos em níveis escalonados, de acordo com o perfil natural do terreno, permitem a visão distante da paisagem, sem no entanto ser possível estabelecer contatos diretos com pedestres ou edificações vizinhas.	
	<b>VAZIOS</b> O projeto rompe com a tipologia adotada comumente no Estado de Minas Gerais: galerias de celas e espaços comuns dispostas ao redor de um pátio central. No lugar deste dispositivo centralizador (certamente uma derivação do princípio benthianiano), observamos uma pulverização de vazios, oferecendo diversas condições para apropriação de áreas externas por parte dos presos. Cada pátio ou jardim passa então a relacionar-se, em diversos níveis, com espaços específicos do complexo, oferecendo-lhes possibilidades complementares de organização das atividades cotidianas. Diferenças de materiais de acabamento, declividades e paisagismo intensificam ainda mais a abertura de formas de apropriação destas áreas.			<b>VAZIOS</b> O projeto rompe com a tipologia adotada comumente no Estado de Minas Gerais: galerias de celas e espaços comuns dispostas ao redor de um pátio central. No lugar deste dispositivo centralizador (certamente uma derivação do princípio benthianiano), observamos uma pulverização de vazios, oferecendo diversas condições para apropriação de áreas externas por parte dos presos. Cada pátio ou jardim passa então a relacionar-se, em diversos níveis, com espaços específicos do complexo, oferecendo-lhes possibilidades complementares de organização das atividades cotidianas. Diferenças de materiais de acabamento, declividades e paisagismo intensificam ainda mais a abertura de formas de apropriação destas áreas.	
	<b>INDIVIDUALIDADE</b> Uma das formas de controle mais comuns nos projetos de ambientes prisionais é a eliminação de tudo que não se inscreva em um <i>minimo essencial</i> . Mais do que facilitar rápidas inspeções, a inexistência de maiores estruturas de apoio para os detentos (armários, mesas, banheiros privativos, etc) contribui para a destruição de noções de privacidade e individualidade, afetando portanto sua auto-estima. Uma das respostas para este problema foi dada pela aposta de que é possível criar ambientes mínimos de privacidade e individualidade sem que a segurança da unidade esteja comprometida. Os alojamentos propostos, cada um abrigando cinco internos, são um exemplo disso: camas sobrepostas de maneira ortogonal geram pequenos espaços individuais, cada um com estantes para guarda de bens pessoais. Uma mesa comum e banheiros com paredes divisórias altas completam a estrutura de cada uma destas celas, transformando-os em espaços bem mais complexos e abertos à apropriação do que nossas atuais penitenciárias. Por fim, painéis e portões em pvc permitem que os vãos de grades (também maiores do que as tradicionais seteiras) sejam fechados ou abertos pelos próprios internos, dando-lhes portanto maior autonomia para o controle de incidência de luz e vento.			<b>INDIVIDUALIDADE</b> Uma das formas de controle mais comuns nos projetos de ambientes prisionais é a eliminação de tudo que não se inscreva em um <i>minimo essencial</i> . Mais do que facilitar rápidas inspeções, a inexistência de maiores estruturas de apoio para os detentos (armários, mesas, banheiros privativos, etc) contribui para a destruição de noções de privacidade e individualidade, afetando portanto sua auto-estima. Uma das respostas para este problema foi dada pela aposta de que é possível criar ambientes mínimos de privacidade e individualidade sem que a segurança da unidade esteja comprometida. Os alojamentos propostos, cada um abrigando cinco internos, são um exemplo disso: camas sobrepostas de maneira ortogonal geram pequenos espaços individuais, cada um com estantes para guarda de bens pessoais. Uma mesa comum e banheiros com paredes divisórias altas completam a estrutura de cada uma destas celas, transformando-os em espaços bem mais complexos e abertos à apropriação do que nossas atuais penitenciárias. Por fim, painéis e portões em pvc permitem que os vãos de grades (também maiores do que as tradicionais seteiras) sejam fechados ou abertos pelos próprios internos, dando-lhes portanto maior autonomia para o controle de incidência de luz e vento.	

Figura 13 - Diagramas A x B: comparativo da ideia de planta. Pátio central versus pátio aberto.

Fonte: Flávio Agostini.

dos espaços, possibilita maior interação e convívio entre os recuperandos, e não precisa ser fechado em determinada hora, como atualmente acontece.

Outra questão atendida de segurança é o isolamento total entre os regimes. Como atualmente as celas do regime fechado são voltadas para o pátio do semiaberto, esse estudo cria um muro de separação entre os regimes e isola-os completamente.

Apropria-se da proposta de Inversão conceitual do arquiteto Flávio Agostini no projeto da APAC de Santa Luzia: a arquitetura como possibilidade de valorização das individualidades (e não somente para impedir a ação do recuperando) a partir do convívio entre presos e voluntários.

Dessa forma, pode-se notar que as interferências na estrutura foram consideráveis, mas ao mesmo tempo a proposta consegue resolver todos os apontamentos registrados pelos entrevistados.

## Considerações e Desdobramentos

A unidade APAC Nova Lima já vem sendo objeto de estudo pela Universidade FUMEC há alguns anos devido ao seu histórico e relevância. Este projeto de extensão apresenta intervenções no espaço físico da unidade APAC Nova Lima, sempre baseadas em reflexões no campo social, antropológico, técnico e científico. Todas as discussões para desenvolvimento das propostas foram coletivas, buscando entender o ponto de vista dos gestores, recuperandos e funcionários da unidade APAC Nova Lima. A partir de reuniões, reflexões e discussões foi possível uma troca de experiências que deram subsídios para o acompanhamento e o desenvolvimento das duas propostas de projetos de arquitetura apresentadas.

A primeira proposta arquitetônica procura interferir pouco na estrutura atual da unidade, buscando baixo custo na intervenção, mesmo propondo ampliações em algumas áreas. Entretanto, apesar do baixo impacto e pouca intervenção, a proposta aponta alguns problemas que permanecem. A segunda proposta de intervenção arquitetônica apresenta maior alteração e impacto na estrutura existente, e visa resolver o maior número de questões e problemas levantados nas entrevistas com a presidente, recuperandos e arquitetos.

Os possíveis desdobramentos previstos para as propostas arquitetônicas apresentadas neste projeto de extensão, passam pela definição, desenvolvimento e detalhamento daquela que será executada, assim como a quantificação do material necessário e seu orçamento final. Todo o trabalho e todas as decisões referentes à proposta arquitetônica eleita deverão ser tomadas em conjunto com a comunidade da unidade APAC Nova Lima.

A próxima etapa prevista para este projeto de extensão, será o desenvolvimento do projeto técnico da proposta final, em plataforma CAD, e seu encaminhamento para aprovação legal junto à Prefeitura Municipal de Nova Lima, baseado nas normativas legais, bem como nas necessidades levantadas no diagnóstico. Espera-se, com os desdobramentos necessários, alcançar a etapa de execução das melhorias propostas no espaço físico da unidade Nova Lima. Para esta etapa, serão necessários o treinamento e qualificação dos recuperandos e dos estudantes envolvidos no projeto.

A presente proposta extensionista procurou promover a ligação dos conhecimentos teóricos adquiridos nas mais diversas áreas de formação dos graduandos do curso de Arquitetura e Urbanismo com a realidade prática da profissão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORDEIRO DE LIMA, Suzann Flávia. **Entre celas e cancelas: descrevendo o espaço do sistema penitenciário**. 6º Projetar. Novembro de 2013.

COUTINHO, Adriana de Souza Lima. **Família, Trabalho e Religião: fatores de reintegração do detento? Um estudo comparativo e descritivo entre o sistema prisional comum e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados**. Tipo (Categoria e Área de Concentração) – Pós-graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2009. 133 páginas.

FBAC. **Memorial Descritivo Projeto Arquitetônico APAC**. Disponível em <http://www.fbac.org.br>. Acesso em 5 set. 2016.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. Tradução: Maria Estela Heider Cavaleiro, 3ª edição, São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

MOURÃO AGOSTINI, Flávio. **Ampliação de Uma Prisão Panóptica**. Curso Utopias Negativas. Sem data.

MOURÃO AGOSTINI, Flávio. **O Edifício Inimigo: a arquitetura de estabelecimentos penais no Brasil**. Curso de Mestrado – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2002. 155 páginas.

SILVA FILHO, Ari Tomaz da. **Anteprojeto de Um Centro de Reintegração Social Baseado no Método APAC**. Trabalho Final de Graduação, Escola de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia CCET, Universidade da Amazônia-UNAMA, Belém. 2009. 85 páginas.

SUZANN FLÁVIA CORDEIRO DE LIMA. **Arquitetura penitenciária: a evolução do espaço inimigo**. *Arquitextos* 059, texto Especial 299, abril/2005, ISSN 1809-6298.

TJMG. **APAC Programa Novos Rumos**. Disponível em <http://www.tjmg.jus.br/portal/acoes-e-programas/novos-rumos/apac/>. Acesso em 5 set. 2016.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paul: Paulinas, 2001.